

Circular

OUTUBRO
2007

RECOPA

UMA TROCA CONJUNTA DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE COMERCIALIZAÇÃO ASSOCIADA NA
AGRICULTURA FAMILIAR



ASSUNTOS:

- ◆ PAQ 02
- ◆ PAQ.02
- ◆ PAQ.03
- ◆ PAQ. 04
- ◆ PAQ. 04
- ◆ PAQ. 05
- ◆ PAQ. 05

CPT DENUNCIA: AGRONEGÓCIO TENTA FLEXIBILIZAR TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Fonte: CPT e Carta Maior

No dia 30 de junho, aconteceu a maior liberação de trabalhadores que haviam sido reduzidos à condição de escravos em nosso país. Eram ao todo 1.064 trabalhadores que atuavam na lavoura de cana de açúcar na fazenda Pagrisa, em Ulianópolis – PA. Eles foram resgatados pelo Grupo Móvel de fiscalização formado por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, por procuradores do Ministério Público do Trabalho e delegados e agentes da Polícia Federal.

Por isso, as distribuidoras de combustível cortaram suas compras de etanol da fazenda Pagrisa. A reação da bancada ruralista no Senado Federal foi imediata, fazendo pressão sobre o Grupo Móvel, atacando virulentamente a Dra. Ruth Vilela, secretária da Fiscalização do MTE e aprovando uma visita de uma comissão de senadores ao local, para inquirir o coordenador da operação de resgate dos escravos. Essa visita se deu no dia 20 de setembro.

Participaram da comitiva os senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Eles anunciaram a abertura de um inquérito na Polícia Federal para verificar os procedimentos adotados pelo Grupo Móvel cuja autuação da Pagrisa que qualificaram como abuso de poder e falsidade ideológica.

Kátia Abreu afirmou que a Pagrisa “é muito bem administrada e forma uma comunidade de trabalhadores rurais”, ao explicar o motivo da abertura do inquérito contra o Grupo Móvel. Mas todo mundo sabe que a senadora é uma das maiores opositoras do combate ao trabalho escravo contemporâneo. Quando deputada federal, defendeu os fazendeiros flagrados no cometimento deste crime e atuou contra a aprovação de leis visando a erradicação dessa praga que ela insiste em qualificar como “comunidade de trabalhadores rurais”.

Por causa dessa pressão do Senado Federal, a Secretaria de Inspeção do Trabalho informou que suspendeu por prazo indeterminado, todas as operações para fiscalização do trabalho escravo no país.

De acordo com a Secretaria de Fiscalização do Trabalho do MTE, a visita dos senadores, que atacaram violentamente a fiscalização, instalou um clima de insegurança que pôs em risco a continuidade das operações. Vale lembrar que os auditores fiscais do trabalho que atuam na zona rural têm sido vítimas de violência por parte dos fazendeiros descontentes com as autuações: Unai – MG, em janeiro de 2004, quando 3 auditores e 1 motorista foram chacinados; Nova Lacerda – MT, quando o Grupo Móvel foi recebido a bala pelos fazendeiros, apoiados pela polícia militar, entre outros.

Vale lembrar também que, desde 1995, quando esses grupos móveis foram criados, essas equipes já libertaram mais de 25

mil pessoas que haviam sido escravizadas. Mas o compromisso do país é a erradicação desse mal...

Em sua Nota Pública, a CPT denuncia que “a crise atual é deliberadamente provocada por setores que não pouparam esforços para desacreditar e derrotar a política nacional de combate ao trabalho escravo ... e que hoje confirmam seu intento de aprovar ‘possíveis mudanças na legislação que dispõe sobre trabalho em condições degradantes’, ou seja, apresentar novos projetos visando enfraquecer o combate ao trabalho escravo”.

Diz ainda que “o auge do enfrentamento ocorre exatamente no momento em que vários estados, também interessados em se livrar da mancha vergonhosa da escravidão moderna associada à sua principal pauta de exportação, têm anunciado planos para se juntarem à política federal de combate ao trabalho escravo e, com ela, somar forças (Maranhão, Tocantins, Bahia, Pará e até Mato Grosso).”

Na Nota, a CPT recusa o que chama de “opção enganosa imaginada pelos detratores do combate ao trabalho escravo”; entre, de um lado, produzir a contento e, de outro, garantir a dignidade do trabalho, denunciando essa “perversa manobra”.

Chama atenção a que “o momento atual é decisivo para a definição dos rumos a serem seguidos daqui para frente”, terminando com as seguintes perguntas:

- Será que, em nome dos imediatos interesses mercantis do crescimento do agronegócio, tudo deve ser permitido e o combate à escravidão também “flexibilizado”?
- Ou será o Brasil capaz de fazer das oportunidades que se lhe apresentam hoje no mercado mundial a ocasião para corrigir de vez as conhecidas mazelas de um modelo de desenvolvimento incompatível com as universais exigências de dignidade no plano do trabalho e de sustentabilidade no plano ambiental?



Informações com Xavier Plassat – (63) 3412-3200

José Batista Afonso - (94) 3321-1461 / 3321-2229

CTNBIO LIBERA MILHO DA SYNGENTA

Fonte: Agência Carta Maior

A batalha política e jurídica travada entre os setores da sociedade que desejam a liberação facilitada dos transgênicos no Brasil e aqueles que defendem o princípio da precaução e alertam para os possíveis riscos que esses alimentos podem trazer à saúde humana e ao meio ambiente recrudesciu nesse mês de setembro. Vitórias conquistadas de parte a parte, seja na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) ou na Justiça, demonstram que, apesar da insistência do poderoso setor de biotecnologia em introduzir os transgênicos no Brasil, essa polêmica ainda está longe de ser solucionada.

De um lado, a CTNBio deu novas provas de sua postura pró-indústria dos transgênicos ao aprovar sem maiores discussões o plantio comercial de mais uma variedade de milho modificado, numa decisão que já está sendo contestada judicialmente pelas organizações do movimento socioambientalista reunidas na Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

De outro lado, a Justiça de São Paulo determinou que as duas maiores fabricantes de óleo de soja do Brasil - Bunge e Cargill - rotulem imediatamente seus produtos (Soya e Liza) como transgênicos. Em meio ao fogo cruzado, as entidades reunidas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária enviaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma carta questionando a liberação comercial do milho transgênico no país.

Resistente a herbicidas e inseticidas, o milho transgênico Bt I I, desenvolvido pela empresa transnacional de origem suíça Syngenta Seeds, teve seu plantio comercial liberado pela CTNBio na reunião realizada em 20 de setembro. Essa foi a terceira liberação de milho transgênico feita pela comissão desde abril, quando o quorum mínimo necessário à tomada de decisões dessa natureza foi reduzido de dois terços para maioria simples, por decisão do Congresso Nacional reiterada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para liberar o milho da Syngenta, foram necessários os votos de 15 membros da comissão, entre os 27 presentes à reunião.

Os protestos dos demais membros da comissão e a presença de dezenas de manifestantes com cartazes do lado de fora da reunião não evitaram, mais uma vez, a postura facilitadora da CTNBio. Em maio, a comissão já havia liberado o milho Liberty Link, desenvolvido pela transnacional de origem alemã Bayer CropScience. Em agosto, foi a vez do milho transgênico desenvolvido pela transnacional de origem norte-americana Monsanto ter seu plantio comercial liberado. Ambas as liberações estão sendo contestadas na Justiça, fato que vai se repetir em relação ao milho Bt I I da Syngenta.

Assim que a CTNBio aprovou o Liberty Link, as organizações Terra de Direitos, Associação Nacional de Pequenos Agricultores, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Assessoria e Serviços para Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) deram entrada em uma Ação Civil Pública contra a decisão da comissão na Justiça Federal do Paraná. Em 28 de junho, conseguiram uma liminar que suspendia a liberação do milho da Bayer até que a comissão comprovasse a tomada de medidas de segurança que garantissem a coexistência do transgênico com as demais variedades

de milho convencionais ou orgânicas.

Outra exigência feita pela Justiça Federal é a elaboração, pela CTNBio, de um plano de monitoramento do milho transgênico em sua fase de pós-comercialização. A juíza Pepita Mazini, que concedeu às organizações socioambientalistas a liminar contra o Liberty Link, estendeu sua decisão à quaisquer outras liberações, mesmo as posteriores, envolvendo variedades de milho transgênico, o que acabou englobando na ação civil os milhos da Monsanto e, agora, da Syngenta.

A toque de caixa

Apesar de a determinação da Justiça Federal do Paraná ter acontecido antes da reunião ordinária de agosto, a CTNBio decidiu liberar também os milhos da Monsanto e da Syngenta. Para tanto, aprovou, sempre com maioria simples, planos de garantia de coexistência para os milhos transgênicos em geral e também para seu monitoramento pós-comercial.

As organizações do movimento socioambientalista, no entanto, afirmam que a comissão não elaborou esses planos de forma correta: "Acreditamos que a CTNBio não respeitou o que foi determinado pela liminar. Caberá agora à Justiça verificar se os termos foram cumpridos. Se concluir que não foram, como esperamos, as três variedades de milho transgênico permanecerão proibidas", avalia Gabriel Fernandes, que é técnico em agronomia da AS-PTA e dirigente da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

Os ministérios da Saúde, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), também devem questionar a aprovação do milho Bt I I. Ambos os órgãos já haviam enviado ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), colegiado composto por onze ministérios, um pedido de anulação da liberação do Liberty Link, ação que depois se estendeu ao milho da Monsanto.



A expectativa dos que lutam contra a liberação indiscriminada dos transgênicos, no entanto, é de que o governo não vá tomar decisões políticas que possam ser mais tarde contestadas judicialmente: "O CNBS não deve se pronunciar sobre os questionamentos do Ibama e da Anvisa até que a Justiça tome uma decisão", aposta Fernandes. Por outro lado, as empresas, segundo ele, têm muita pressa: "Estão correndo contra o relógio, pois se não garantirem nas próximas semanas a liberação, perderão a época de fazer a multiplicação das sementes".

AGRICULTORES QUE CULTIVAM MILHO CRIOULO SÃO PESQUISADORES

Fonte: IHU – Unisinos

Aos 14 de agosto, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, Antônio Valmor de Campos mostrou o quanto agricultores que cultivam milho crioulo são pesquisadores e por esta razão detêm propriedade intelectual sobre as sementes às quais agregam valores

A dissertação O reconhecimento de agricultores do município de Anchieta-SC, que cultivam sementes de milho crioulo, como pesquisadores e detentores de direito da propriedade intelectual sobre a melhoria dessas sementes narra o trabalho de agricultores de Anchieta, SC e de municípios lindeiros, na seleção e na produção de sementes de milho crioulo, resistindo aos oligopólios das sementeiras que seduzem os agricultores para que adiram ao plantio de milho híbrido, cujas sementes não são sementes pois na safra seguintes são estéreis, obrigando aos agricultores a comprar, a cada plantação, novas sementes.

Antônio que é graduado em Biologia e em Direito acompanhou durante quase um ano o processo de seleção de mais de uma dezena de variedade de semente de milho e o cruzamento destas para a produção de novas variedades que apresentam características nutricionais e de resistência a pragas com vantagens se comparadas, inclusive, com as alardeadas sementes híbridas.

Uma característica fundamental destas sementes caipiras ou crioulas: por não serem patenteadas por transnacionais, elas continuam sendo patrimônio da humanidade, como há milênios. Em uma analogia com os *softwares* livres na área de informática, na dissertação foi defendida a busca de alternativas para que esses agricultores tenham seu trabalho de pesquisa protegido pela outorga de propriedade intelectual sobre o mesmo, para a preservação contra a biopirataria.

Em prol das sementes de vida. Entrevista com Antonio Valmor Campos

Milho crioulo: sementes de vida. Pesquisa, melhoria e propriedade intelectual (Frederico Westphalen: Editora URI, 2007) é o mais recente livro de **Antonio Valmor Campos**, resultado de sua pesquisa feita durante o mestrado em Educação, realizado entre os anos de 2004 e 2006 na Unisinos. Nele, Antonio narra o trabalho de agricultores de **Anchieta**, município de **Santa Catarina**, na seleção e na produção de sementes de milho crioulo. Eles resistem às arbitrariedades das empresas sementeiras que obrigam muitos a comprar, a cada plantação, novas e mais sementes.

Na entrevista que segue, o professor da **Universidade Regional Integrada (URI)** fala ainda do desenvolvimento da sua pesquisa, da importância da propriedade intelectual aos pequenos agricultores, de biopirataria, entre outros assuntos. Ele conta, também, que a propriedade intelectual que propõe na obra, e que não está contemplada pela legislação brasileira, tem dois aspectos: evitar a apropriação, por parte

das sementeiras, de mais um produto criado pelos camponeses e indígenas e possibilitar aos agricultores “constituírem uma patente de caráter coletivo, com abertura de acesso aos demais agricultores e permitindo a melhora permanente das sementes”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como os agricultores de Anchieta/SC conseguiram chegar até o milho crioulo?

Antonio Valmor Campos - Muitos dos agricultores que atualmente escolheram cultivar o milho crioulo o fizeram a partir das dificuldades financeiras que passaram a enfrentar, provocadas pelas intempéries climáticas e endividamento, gerando, por conseqüência, falta de financiamento para continuar produzindo em suas propriedades. Nesse momento, era preciso optar por abandonar o campo ou engrossar as fileiras das periferias das cidades na busca de empregos de baixa renda, subemprego. Alguns cederam e aventuraram-se. No entanto, parte deles continuou firme no intuito de permanecer no campo e construir um processo de independência. A permanência dependia de criar alternativas de produção, que garantisse a sobrevivência do grupo familiar. Apoiados pela entidade sindical e movimentos sociais, resgataram a prática milenar de cultivar e melhorar sementes crioulas, especialmente o milho. De acordo com registros nos históricos do município de **Anchieta**, algumas famílias nunca deixaram de cultivar o milho crioulo, tendo sido herdadas as sementes dos antepassados.

IHU On-Line - O senhor pode falar da importância dessa propriedade intelectual adquirida com o desenvolvimento da semente do milho crioulo pelos agricultores de Anchieta/SC?

Antonio Valmor Campos - A importância da propriedade intelectual proposta – ainda não contemplada na legislação brasileira – tem dois aspectos: o primeiro é de evitar a apropriação por parte das empresas de biotecnologia (sementeiras) de mais um produto de ampla base genética, cultivado por milhares de anos por camponeses e indígenas. O outro aspecto está na possibilidade de os agricultores constituírem uma patente de caráter coletivo, com abertura de acesso aos demais agricultores e permitindo a melhora permanente das sementes. O parâmetro para esta pretensão é a patente do *software* livre e, também, as experiências de outros países nos quais já existe tal previsão legal.

IHU On-Line - Quais são as principais vantagens dessa pesquisa desenvolvida pelos agricultores em relação àqueles que se submetem às empresas sementeiras?

Antonio Valmor Campos - Os agricultores que cultivam suas próprias sementes adquirem independência, pois não precisam adquirir, anualmente, a semente para o plantio da safra. Além disso, o milho crioulo é pouco dependente de insumos e adubos e, ainda, facilita a própria manutenção da lavoura. A produtividade, mesmo não sendo nos mesmos

patamares das sementes híbridas, permite ganho significativo aos agricultores, pois o investimento é significativamente menor.

IHU On-Line - Como, atualmente, a biopirataria está agindo?

Antonio Valmor Campos

- Há diversos mecanismos de ação da pirataria biológica. Um deles, com relação ao milho, é buscar amparo legal para suas ações, através do patenteamento de sementes, de genes e, até mesmo, de seres vivos.

IHU On-Line - Para o senhor, quais são as principais falhas, atualmente, na legislação e no que se refere aos direitos de propriedade e cidadania dos pequenos agricultores brasileiros?

Antonio Valmor Campos - Antes da própria legislação, está o poder das empresas de Biotecnologia, que forçam o registro de patentes, mesmo não havendo pos-



sibilidade legal para tanto. É o caso de produtos genuinamente brasileiros, como o Açaí, que foi patenteado na Europa, ou da **Nim**, planta indiana de grande potencial industrial, que foi patenteada por empresas estadunidenses. Há ainda o patenteamento de genes humanos nos Estados Unidos, contrariando a legislação e os princípios éticos. Essa situação impacta negativamente os agricultores, que ficam constantemente

ameaçados de ver as sementes cultivadas e melhoradas por milhares de anos por pesquisadores anônimos e coletivos, apropriadas por grupos econômicos com interesse meramente de exploração econômica. Pensando sob um aspecto mais abrangente, o fato de os agricultores perderem o controle sobre as sementes os coloca na dependência das sementeiras, provocando a erosão do controle sobre a genética e mesmo dos aspectos culturais. Isso, no aspecto macro, no quadro em que a maior parte do germoplasma já está patenteado, representa uma ameaça à soberania do próprio País.

PRODUÇÃO DE MANDIOCA INIBE ALICIAMENTO PARA TRABALHO ESCRAVO

Por Maurício Hashizume

A aliança entre combate ao trabalho escravo, agroecologia e economia solidária já mudou a vida de pelo menos 2 mil pessoas envolvidas na Rede Mandioca no município de Vargem Grande (MA). A iniciativa busca viabilizar uma alternativa de emprego e renda para os moradores da região por meio da recuperação da cultura tradicional da farinha de mandioca, também chamada de farinha d'água, na região.

“Muita coisa já mudou com a Rede Mandioca. Melhorou principalmente a qualidade da farinha. O preço do paneiro [30kg] passou de R\$ 20 para cerca de R\$ 45”, conta a professora Maria Helena da Silva, que produz mandioca na comunidade de Correntinho, uma das 15 engajadas na Rede Mandioca. As plantações, conta Maria Helena, passaram a ser feitas de modo mais ordenado. Os agricultores familiares envolvidos também passaram a dispensar o recurso das queimadas para limpar o terreno de todo o tipo de produto químico, adotando práticas agroecológicas. Junto com a mandioca, estão em curso outras alternativas de renda na área de economia solidária como a produção de artesanato e o aproveitamento do babaçu: da casca até o caroço.

A ideia de recuperar a cultura da mandioca no Maranhão não é nova. “Isso já fazia parte dos nossos planos há tempos”, afirma Jaime Conrado, da Cáritas Brasileira Regional Maranhão, que presta assessoria à iniciativa. Antes da implementação da Rede Mandioca, que passou a funcionar mais intensamente a partir de meados do ano passado, muitas pessoas das comunidades de Vargem Grande acabavam migrando para outras regiões em busca de uma fonte de renda. Absorvidas em atividades como o corte de cana-de-açúcar, algumas delas chegavam a trabalhar até no Mato Grosso.

Segundo estimativas apresentadas por Jaime, já houve uma queda substantiva - da faixa dos 40% a 50% para o intervalo de 20% a 30% - na quantidade de jovens que migram à procura de emprego. Sob coordenação da Cáritas, a Rede Mandioca faz parte do projeto Trilhas da Liberdade, de prevenção ao trabalho escravo, mantido pela Catholic Relief Services (CRS).

Os agricultores da Rede Mandioca contam com o auxílio da Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em diferentes níveis. Além da ampliação da produção, houve instalação de infra-estrutura para a etapa do beneficiamento e uma cooperativa está sendo reestruturada para a comercialização da farinha de mandioca. “Já temos até embalagem padronizada. Queremos nos unir para vender diretamente aos consumidores. Ainda dependemos de muitos atravessadores, que vêm do Piauí, do Tocantins, do Ceará e até do Pará”, explica Maria Helena. Participantes da Rede Mandioca também produzem frango, arroz, milho, tapioca e carne suína.

Apesar dos avanços, a rede ainda espera novos recursos para ampliar o número de casas de farinha para ampliar a quantidade e melhorar a qualidade da produção local. Casas de farinha estão instaladas em apenas duas das 15 comunidades. Outro projeto apresentado ao governo federal pede a inclusão da Rede Mandioca no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o abastecimento de escolas (merenda) e presídios (refeições).

De acordo com Jaime, da Cáritas, a matriz utilizada na Rede Mandioca pode ser expandida para outros focos de migração para o trabalho escravo no Maranhão como a região de Imperatriz (MA). Ele garante: “Podemos incluir até 5 mil famílias”.

Balcão de Vendas

Nesta seção de nossa Circular, indicamos os produtos para os quais o Setor de Apoio à Comercialização da Capina recebeu solicitação. Portanto, se sua organização já tem ou pode dispor desses produtos, entre em contato com o ciro@capina.org.br ou manoel@capina.org.br ou ainda pelo telefone (21) 2220-4580 e fale com *Ciro Frossard* ou *Manoel Belford*.

Aveia Orgânica

Castanha de Caju Torrada

Farelo de Andiroba

Manteiga ou Banha de Bacabá

Manteiga de Ucuuba

Óleo de Abacate

Óleo de Buriti

Óleo Essencial de Priprioca

Óleo de Semente de Maracujá

Óleo de Patauí

Polpa de Açai

Seiva de Jatobá

Semente de Puxuri

Grãos orgânicos

INFORMES

PUBLICAÇÕES



6

Aconteu em Guarapari | a 4 de outubro, V
Congresso Brasileiro de Agroecologia

Falta a nota do curso de
Viabilidade e Gestão –
Mayara

Seminário sobre
Agricultura Urbana e
Peri-urbana, em Belo
Horizonte

Dia Mundial da
Alimentação

Circular **RECOPA**

Edição, distribuição e correspondência:

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
Rua Evaristo da Veiga, 16 Grupo 1601 - Centro - 20031-040 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (21) 2220-4580 • Fax: (21) 2220-1616
e-mail: capina@capina.org.br • www.capina.org.br

Impressão

GraVida - Gráfica e Editora
Rua Cacilda, 1535. Coelho da Rocha,
São João de Meriti. RJ. Cep 25.550-150.
Tel.: 2655-7421 • e-mail: gra_vidagraficaeditora@yahoo.com.br

Tiragem: 1.000 exemplares

IMPRESSO